

Nota para a Comunicação Social

1. A **Associação República e Laicidade** dirigiu-se aos partidos políticos concorrentes às eleições legislativas de 27 de Setembro com o objectivo de conhecer, e posteriormente divulgar junto da opinião pública, o posicionamento dos partidos políticos perante os valores da República e da Laicidade. Foi enviado um pequeno questionário (Anexo I), incidindo sobre questões que, com maior ou menor intensidade, estiveram presentes na anterior legislatura ou que o estarão, previsivelmente, durante a próxima legislatura.

2. Lamentavelmente, recebemos resposta de apenas dois dos partidos políticos concorrentes (Anexo II e Anexo III), o que nos permite concluir que a maioria dos partidos políticos concorrentes às eleições legislativas não considera prioritário esclarecer os cidadãos sobre como se posicionam perante os valores republicanos e laicos.

3. Procurámos ainda, nos programas eleitorais dos partidos políticos parlamentares, referência às questões que tínhamos colocado. Infelizmente, verificámos que, longe de considerar o republicanismo e o laicismo como princípios estruturantes das suas propostas, os partidos políticos não elaboram qualquer tipo de reflexão sobre esses princípios, mesmo nos programas eleitorais anteriores a uma legislatura que englobará o centenário da implantação da República.

4. A **Associação República e Laicidade** recorda que a legislatura que agora termina assistiu a alguns debates veementes, na sociedade civil, sobre como a laicidade deve ser entendida.

- Foi debatida a persistência de cerimónias e símbolos religiosos nas escolas públicas, envolvendo docentes e discentes – sem que o Ministé-

rio da Educação tivesse dado uma indicação clara, e pública, que terminasse com esses atropelos à não confessionalidade do ensino;

- Foi alterado o Protocolo de Estado num sentido laicizador – mas que ainda salvaguarda a presença de comunidades religiosas em função da sua «representatividade»;
- Os limites da liberdade de expressão foram intensamente discutidos a propósito da polémica dos «cartoons» – durante a qual o Ministro dos Negócios Estrangeiros publicou um comunicado em que condenou, oficialmente, a publicação de caricaturas consideradas «ofensivas» dos «sentimentos religiosos»;
- Foi, finalmente, alterado o regime da assistência espiritual e religiosa nos hospitais, nas forças armadas e de segurança, e nas prisões – de forma atentatória do princípio de laicidade do Estado, pois mantém a discriminação positiva da comunidade religiosa dominante na afectação de espaços de recolhimento, e mantém a remuneração de sacerdotes, equiparados a funcionários públicos, que desempenham funções exclusivamente religiosas.

5. Num momento histórico em que a sociedade portuguesa se encontra num processo acelerado de secularização (a título de exemplo, os casamentos civis tornaram-se maioritários pela primeira vez em 2007), e em que o clima internacional é frequentemente agitado pelos contrastes, políticos e sociais, entre Estados laicos e Estados clericais, os partidos políticos portugueses, infelizmente e salvo algumas excepções, não parecem querer esclarecer os cidadãos sobre o papel estruturante, e pacificador, que a laicidade pode desempenhar nas relações entre os cidadãos e a República portuguesa.

Com os meus melhores cumprimentos,

Ricardo Alves

(Presidente da Direcção da **Associação República e Laicidade**)

Lisboa, 24 de Setembro de 2009

Anexo I

Carta enviada aos partidos

Caros senhores,

A **Associação República e Laicidade** decidiu dirigir-se aos partidos políticos concorrentes às eleições legislativas de 27 de Setembro com o objectivo de conhecer, e posteriormente divulgar junto da opinião pública, o posicionamento dos partidos políticos perante as questões da República e da Laicidade. Gostaríamos que considerassem pronunciar-se sobre as seguintes questões.

1. O centenário da implantação da República acontecerá na próxima legislatura. O [BE/CDS-PP/MEP/MMS/MPT/PCP/PCTP-MRPP/PEV/PH/PND/PNR/POUS/PPM/PPV/PS/PSD/PTP] considera que as celebrações se deverão limitar a evocar a História da 1ª República, ou que pelo contrário deverão voltar-se para o papel dos valores republicanos no nosso futuro colectivo?

2. A próxima legislatura terá poderes de revisão constitucional. Como se posicionará o [BE/CDS-PP/MEP/MMS/MPT/PCP/PCTP-MRPP/PEV/PH/PND/PNR/POUS/PPM/PPV/PS/PSD/PTP] perante uma votação que pretenda retirar dos limites materiais de revisão constitucional a forma republicana de governo?

3. Durante a legislatura que agora termina, a **Associação República e Laicidade** pediu ao Governo, sem sucesso, que este enviasse uma circular laicizando os estabelecimentos de ensino oficiais, nomeadamente retirando os símbolos religiosos que aí persistem e proibindo as cerimónias religiosas que aí acontecem com demasiada frequência, e que envolvem docentes, funcionários e discentes.

O [BE/CDS-PP/MEP/MMS/MPT/PCP/PCTP-MRPP/PEV/PH/PND/PNR/POUS/PPM/PPV/PS/PSD/PTP] considera que uma tal indicação deverá ser claramente transmitida às escolas?

4. Ainda no âmbito da Escola Pública, a **Associação República e Laicidade** gostaria de saber se o [BE/CDS-PP/MEP/MMS/MPT/PCP/PCTP-MRPP/PEV/PH/PND/PNR/POUS/PPM/PPV/PS/PSD/PTP] considera aceitável que os professores de Educação Moral e Religiosa Católica leccionem outras disciplinas, ou que exerçam cargos de gestão escolar ou de Direcção de turma nas escolas públicas.

5. O Governo que agora termina funções procedeu à regulamentação da assistência religiosa e espiritual em serviços públicos (hospitais, forças armadas e de segurança, e prisões), de forma atentatória da laicidade, pois manteve o princípio da remuneração, pelo Estado, de funções estritamente religiosas. Como encara o [BE/CDS-PP/MEP/MMS/MPT/PCP/PCTP-MRPP/PEV/PH/PND/PNR/POUS/PPM/PPV/PS/PSD/PTP] esta questão?

6. A **Associação República e Laicidade** defende a liberdade de expressão como uma das mais importantes conquistas da nossa civilização. Gostaríamos de saber se o [BE/CDS-PP/MEP/MMS/MPT/PCP/PCTP-MRPP/PEV/PH/PND/PNR/POUS/PPM/PPV/PS/PSD/PTP] consideraria desejável a supressão da alínea b) do artigo 252º do Código Penal, e do nº1 do artigo 251º do mesmo Código.

Com os meus melhores cumprimentos,

Ricardo Alves

(Presidente da Direcção da **Associação República e Laicidade**)

Lisboa, 7 de Setembro de 2009

Anexo II

Resposta do Bloco de Esquerda

«[ARL] 1. *O centenário da implantação da República acontecerá na próxima legislatura. O Bloco de Esquerda considera que as celebrações se deverão limitar a evocar a História da 1ª República, ou que pelo contrário deverão voltar-se para o papel dos valores republicanos no nosso futuro colectivo?*

[BE] - Sem dúvida que deverá servir para ambos os objectivos, sublinhando a sua importância na luta pela liberdade, pela democracia e cidadania plenas.

[ARL] 2. *A próxima legislatura terá poderes de revisão constitucional. Como se posicionará o Bloco de Esquerda perante uma votação que pretenda retirar dos limites materiais de revisão constitucional a forma republicana de governo?*

[BE] - A nossa atitude é de clara e completa oposição a qualquer tentativa nesse sentido.

[ARL] 3. *Durante a legislatura que agora termina, a Associação República e Laicidade pediu ao Governo, sem sucesso, que este enviasse uma circular laicizando os estabelecimentos de ensino oficiais, nomeadamente retirando os sím-*

bolos religiosos que aí persistem e proibindo as cerimónias religiosas que aí acontecem com demasiada frequência, e que envolvem docentes, funcionários e discentes. O Bloco de Esquerda considera que uma tal indicação deverá ser claramente transmitida às escolas?

[BE] - Uma vez que a escola pública é laica por justo imperativo legal e constitucional entendemos que tal recomendação se justifica.

[ARL] 4. *Ainda no âmbito da Escola Pública, a Associação República e Laicidade gostaria de saber se o Bloco de Esquerda considera aceitável que os professores de Educação Moral e Religiosa Católica leccionem outras disciplinas, ou que exerçam cargos de gestão escolar ou de Direcção de turma nas escolas públicas.*

[BE] - Consideramos que isso não é aceitável, a menos que os ditos professores tenham habilitação específica e própria para o fazer independentemente de leccionarem moral e religião católicas.

[ARL] 5. *O Governo que agora termina funções procedeu à regulamentação da assistência religiosa e espiritual em serviços públicos (hospitais, forças armadas e de segurança, e prisões), de forma atentatória da laicidade, pois manteve o princípio da remuneração, pelo Estado, de funções estritamente religiosas. Como encara o Bloco de Esquerda esta questão?*

[BE] - A nossa posição de sempre é de clara condenação dessa promiscuidade entre o que são funções públicas do Estado e actividades religiosas privativas das confissões religiosas que devem ser por elas financiadas.

[ARL] 6. *A Associação República e Laicidade defende a liberdade de expressão*

como uma das mais importantes conquistas da nossa civilização. Gostaríamos de saber se o Bloco de Esquerda consideraria desejável a supressão da alínea b) do artigo 252º do Código Penal, e do nº1 do artigo 251º do mesmo Código.

[BE] - A laicidade é uma forma de respeito pelas crenças pessoais - ou pela ausência delas - e pela liberdade do seu exercício. Nesse sentido não nos parece oportuna a revogação dessas disposições, ainda que nos pareça que a sua redacção deve ser actualizada num sentido de protecção de todas as convicções e não unicamente das de carácter religioso.

Os nossos melhores cumprimentos,

Fernando Rosas

Deputado

Comissão Política do Bloco de Esquerda»

Anexo III

Resposta do PCTP-MRPP

«**[ARL]** 1. *O centenário da implantação da República acontecerá na próxima legislatura. O PCTP-MRPP considera que as celebrações se deverão limitar a evocar a História da 1ª República, ou que pelo contrário deverão voltar-se para o papel dos valores republicanos no nosso futuro colectivo?*

[PCTP-MRPP] O PCTP/MRPP preza a revolução republicana de 1910 como um importante movimento de luta do povo português pela liberdade, pela democracia e pelo progresso. Deste modo, consideramos ser a forma republicana de Estado um avanço histórico relativamente ao regime monárquico, na medida em

que a mesma criou e possibilita ainda hoje condições mais favoráveis à expressão dos interesses das classes trabalhadoras maioritárias que então se encontravam e ainda hoje se encontram submetidas aos interesses das classes minoritárias e exploradoras. A invocação do que se designa por “valores republicanos” não deverá assim servir para encobrir os interesses divergentes e até antagónicos cuja existência a I República tornou mais evidentes e claros. Para uns, os “valores republicanos” significam hoje a mera existência de um regime democrático no quadro de um sistema capitalista considerado intocável, enquanto que, para outros, nos quais o PCTP/MRPP se integra, à mesma expressão “valores republicanos” deve ser conferido um significado diferente, baseado na ideia de que a liberdade e a democracia para o povo serão sempre palavras vãs enquanto persistir o sistema político e económico do capitalismo. Em resumo, consideramos importante aproveitar as comemorações do centenário da revolução republicana para realizar um enquadramento histórico da mesma no combate secular do povo português pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo.

[ARL] 2. *A próxima legislatura terá poderes de revisão constitucional. Como se posicionará o PCTP-MRPP perante uma votação que pretenda retirar dos limites materiais de revisão constitucional a forma republicana de governo?*

[PCTP-MRPP] Caso venha a obter uma representação no futuro parlamento, o PCTP/MRPP opor-se-á a uma tal pretensão.

[ARL] 3. *Durante a legislatura que agora termina, a Associação República e Laicidade pediu ao Governo, sem sucesso, que este enviasse uma circular laicizando os estabelecimentos de ensino oficiais, nomeadamente retirando os símbolos religiosos que aí persistem e proibindo as cerimónias religiosas que aí*

acontecem com demasiada frequência, e que envolvem docentes, funcionários e discentes. O PCTP-MRPP considera que uma tal indicação deverá ser claramente transmitida às escolas?

[PCTP-MRPP] Sim. Consideramos que o carácter laico da escola pública deve passar não apenas pela inexistência nesta de quaisquer símbolos e actos de natureza religiosa, como ainda pela supressão de qualquer tipo de ensino religioso.

[ARL] 4. *Ainda no âmbito da Escola Pública, a Associação República e Laicidade gostaria de saber se o PCTP-MRPP considera aceitável que os professores de Educação Moral e Religiosa Católica leccionem outras disciplinas, ou que exerçam cargos de gestão escolar ou de Direcção de turma nas escolas públicas.*

[PCTP-MRPP] Não.

[ARL] 5. *O Governo que agora termina funções procedeu à regulamentação da assistência religiosa e espiritual em serviços públicos (hospitais, forças armadas e de segurança, e prisões), de forma atentatória da laicidade, pois manteve o princípio da remuneração, pelo Estado, de funções estritamente religiosas. Como encara o PCTP-MRPP esta questão?*

[PCTP-MRPP] O PCTP/MRPP opõe-se frontalmente a quaisquer formas de subsídio ou financiamento público a qualquer confissão religiosa, uma vez que entendemos que as actividades destas devem ser exclusivamente custeadas pelos próprios fiéis.

[**ARL**] 6. *A Associação República e Laicidade defende a liberdade de expressão como uma das mais importantes conquistas da nossa civilização. Gostaríamos de saber se o PCTP-MRPP consideraria desejável a supressão da alínea b) do artigo 252º do Código Penal, e do nº1 do artigo 251º do mesmo Código.*

[**PCTP-MRPP**] Exactamente porque também somos pela liberdade de expressão e de confissão religiosa, entendemos que, sem ofender a estrita observância do princípio da laicidade do Estado – o que, a nosso ver, não sucede em Portugal – não nos parece correcto admitir que a desmistificação da Religião se faça através de ofensas ou ataques pessoais aos crentes das diversas confissões religiosas. É que esta luta é uma luta eminentemente travada no campo das ideias, demonstrando-se que, como dizia Marx, *a religião é o ópio do povo.*»

Anexo IV

Análise dos programas eleitorais

1. *O centenário da implantação da República acontecerá na próxima legislatura. O [PS/PSD/CDU/CDS-PP] considera que as celebrações se deverão limitar a evocar a História da 1ª República, ou que pelo contrário deverão voltar-se para o papel dos valores republicanos no nosso futuro colectivo?*

[Resposta omissa nos programas eleitorais dos partidos parlamentares.]

2. *A próxima legislatura terá poderes de revisão constitucional. Como se posicionará o [PS/PSD/CDU/ CDS-PP] perante uma votação que pretenda retirar dos limites materiais de revisão constitucional a forma republicana de governo?*

PS

«A partir de Setembro de 2009 a Assembleia da República poderá assumir poderes de revisão constitucional. O Partido Socialista assumirá as suas responsabilidades, em diálogo com outras forças políticas. **À partida o PS é favorável à estabilidade do conjunto do texto constitucional.**» (página 108 do Programa eleitoral do PS)

PSD

«Não abdicaremos de apresentar um projecto de **revisão constitucional** que vise a adaptação da nossa **Lei Fundamental** aos desafios com que o País se confronta, mantendo a sua coesão e unidade e permitindo a criação de condições para o seu desenvolvimento.» (página 27 do Programa eleitoral do PSD)

CDU

«O combate contra os projectos que visam novas e mais profundas mutilações à Constituição, num quadro em que a próxima legislatura tem poderes de revisão constitucional, é parte integrante da luta contra a política de direita e por uma política alternativa.» (página 43 do Programa eleitoral da CDU)

CDS

«A actualização de diversas disposições constitucionais de carácter programático, abrindo-se, inclusive, o debate acerca da permanência, ou não, no texto constitucional de disposições que reflectem determinadas preferências construídas por uma geração e num determinado contexto histórico, as quais se mostram susceptíveis de dificultar ou obstaculizar a liberdade de decisão por parte das gerações actuais e futuras.» (página 184 do Programa eleitoral do CDS-PP)

BE

«Interviremos na revisão constitucional no sentido de manter as virtualidades democráticas, sociais e pacíficas da Constituição da República, rejeitando a des-caracterização liberal e o atrofiamiento democrático, com defesa firme dos limites materiais da revisão, definidos no próprio corpo da CRP no seu artigo 288º.

O Bloco de Esquerda não tem uma visão imobilista do Estado constitucional mas rejeita e combate toda a perspectiva regressiva.» (página 102 do programa eleitoral do BE)

3. Durante a legislatura que agora termina, a Associação República e Laicidade pediu ao Governo, sem sucesso, que este enviasse uma circular laicizando os estabelecimentos de ensino oficiais, nomeadamente retirando os símbolos religiosos que aí persistem e proibindo as cerimónias religiosas que aí acontecem com demasiada frequência, e que envolvem docentes, funcionários e discentes. O [PS/PSD/CDU/ CDS-PP] considera que uma tal indicação deverá ser claramente transmitida às escolas?

[Resposta omissa nos programas eleitorais dos partidos parlamentares.]

4. Ainda no âmbito da Escola Pública, a Associação República e Laicidade gostaria de saber se o [PS/PSD/CDU/CDS-PP] considera aceitável que os professores de Educação Moral e Religiosa Católica leccionem outras disciplinas, ou que exerçam cargos de gestão escolar ou de Direcção de turma nas escolas públicas.

[Resposta omissa nos programas eleitorais dos partidos parlamentares.]

5. *O Governo que agora termina funções procedeu à regulamentação da assistência religiosa e espiritual em serviços públicos (hospitais, forças armadas e de segurança, e prisões), de forma atentatória da laicidade, pois manteve o princípio da remuneração, pelo Estado, de funções estritamente religiosas. Como encara o [PS/PSD/CDU/ CDS-PP] esta questão?*

PSD

«Recuperaremos o **papel e a importância da assistência espiritual** que é procurada e prestada, por exemplo, em hospitais, prisões e lares.» (página 15 do Programa eleitoral do PSD)

[Resposta omissa nos programas eleitorais de todos os outros partidos parlamentares.]

6. *A Associação República e Laicidade defende a liberdade de expressão como uma das mais importantes conquistas da nossa civilização. Gostaríamos de saber se o [PS/PSD/CDU/ CDS-PP] consideraria desejável a supressão da alínea b) do artigo 252º do Código Penal, e do nº1 do artigo 251º do mesmo Código.*

[Resposta omissa nos programas eleitorais dos partidos parlamentares.]